

Pedra Bonita e o cangaço em perspectivaGeice Peres Nunes¹

RESUMO: O cangaço foi definido como uma prática social tipicamente nordestina. No romance *Pedra Bonita* é explicitado como resultante de um contexto de desigualdade social que estimula a existência do bando. Desse modo, empreendemos uma análise comparativa entre a literatura e a sociologia, no intuito de compreender esse fenômeno na visão do povo, dos literatos e intelectuais que o definiram.

ABSTRACT: The cangaço has been defined as a typical social practice from the Brazilian northeast region. It is showed up in the novel *Pedra Bonita* as a result of a context of social inequality, which stimulates the existence of cangaceiros' groups. Therefore, we present a comparative analysis between literature and sociology, aiming to understand this phenomenon through the point of view of who have defined it: people, literati and intellectuals.

PALAVRAS-CHAVE: Cangaço; Fenômeno; Desigualdade

KEY-WORDS: *Cangaço*; Phenomenon; Inequality

*“É o sertão dos santos e dos cangaceiros,
dos que matam e rezam
com a mesma crueza e a mesma humanidade.”
José Lins do Rego*

O presente ensaio pretende delinear o fenômeno histórico do cangaço no sertão nordestino sob o viés da literatura comparada. Para tanto, adota como *corpus* o romance *Pedra Bonita*, de José Lins do Rego, publicado em 1938, fixado no Regionalismo brasileiro ou Romance de 30, ao mesmo tempo em que empreende uma comparação com o cangaço como fenômeno histórico estabelecido na região

¹ Doutoranda em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria; vinculada à linha de pesquisa Literatura Comparada; projeto de pesquisa: *Um autorretrato do cantador nas pejeas e desafios da Literatura Popular do Nordeste*.

Nordestina. O aspecto histórico do referido romance parece estar justificado na afirmação de Antonio Candido, em *Literatura e sociedade*. O crítico apresenta uma síntese do Regionalismo como período literário, a fase mais importante do Modernismo, segundo ele, devido à seriedade da temática tratada:

Na maré montante da Revolução de Outubro, que encerra a fermentação antioligárquica [...], a literatura e o pensamento se aparelham numa grande arrancada. A prosa liberta e amadurecida, se desenvolve no romance e no conto, que vivem uma de suas quadras mais ricas. Romance fortemente marcado pelo neonaturalismo e de inspiração popular, visando aos dramas contidos em aspectos característicos do país. [...] Nesse tipo de romance, o mais característico do período e freqüentemente de tendência radical, é marcante a preponderância do problema sobre o personagem. É a sua força e a sua fraqueza (CANDIDO, 1985, p.123).

Corroborando a afirmação de Candido, como pano de fundo social e político da expressão literária que enfocamos, destacamos o posicionamento de Lucia Ferreira (1983, p. 78) que explica a política governista dedicada às zonas problemáticas da região nordestina em meados dos anos 30. A pesquisadora debruçou-se sobre o problema das secas, destacando o desajuste e a diferenciação regional na época da República Velha, quando as oligarquias cafeeiras de São Paulo e de Minas Gerais recebiam maior atenção do governo, enquanto as demais oligarquias obtinham um papel secundário no panorama nacional. O olhar do Governo Federal, voltado para a região central do país, isolou as regiões periféricas, provocando o atraso das mesmas em relação ao centro. Assim, o baixo desenvolvimento da região nordestina, aliado à condição climática, acentuou a sua estagnação e o seu atraso e, além disso, foi um dos argumentos empregados na solicitação de verbas a fim de sanar os problemas estruturais da população. Esclarecendo esses aspectos, a pesquisadora enfatizou que o problema da seca e da precariedade sertaneja tinha uma dimensão maior para as classes dominadas. Sendo assim, o recebimento de verba, a inconclusão de obras, além da falsa ideia de que o governo se preocupava com o povo

podem ter sido os fomentadores de revoltas e motivos de “eclosão de movimentos sociais das classes dominadas”.

É com base nesses dois argumentos, o literário e o social, que empreendemos nossa análise, evidenciando o cangaço na obra de José Lins como fruto de um contexto histórico de decadência e desesperança. Contexto tão bem explorado pelo romance regionalista.

1. Os temas do Nordeste

Pedra Bonita está assentada em dois temas de bastante relevo no Nordeste. O primeiro se presentifica no messianismo que paira sobre o sertão, sobretudo o episódio ocorrido em 1838, nas imediações da Pedra Bonita, local que ambienta a narrativa. O fato retoma o episódio messiânico ocorrido em 1838 e em outros anos, quando fanáticos instalaram-se na Pedra promovendo curas milagrosas, prometendo ao povo a felicidade terrena e movimentando, com tais promessas, a vida miserável da população.

O tema do cangaço é tratado de forma secundária, visto que expõe o modo como os “anti-heróis” cangaceiros povoam o imaginário dos sertanejos; os motivos que levam indivíduos comuns a ingressar no bando; ilustra o dinamismo dos homens dentro do sertão nordestino, os ataques, os saques e o ímpeto violento; além de revelar que a crueldade e arbitrariedade do bando é tão grande quanto a da força policial que o reprime.

Pedra Bonita, como uma expressão do Regionalismo, dedica-se a retratar o Nordeste, sobretudo o sertão, daí a vinculação aos eventos históricos como as grandes secas, o messianismo, entre outros. A ambientação da narrativa num espaço estagnado em relação às cidades em pleno desenvolvimento, isolado pela geografia e pela política governamental, justifica o comportamento “bárbaro” dos homens e dos cangaceiros e mostra que, ao mesmo tempo em que o caráter rude aflora, a valentia para agir fascina as pessoas.

Partindo do pressuposto de Seymour Menton (1993, p. 32) de que “todo romance é histórico, visto que, em maior ou menor grau, capta o ambiente social de suas personagens”, consideramos *Pedra Bonita* um romance que ilustra a realidade histórico-social nordestina contextualizada nas primeiras décadas do século XX. Sendo assim, a literatura de José Lins, de acordo com a proposta regionalista, adquire um aspecto documental ao expor a forma e o motivo pelos quais o fenômeno do cangaço se disseminou.

A narrativa é conduzida por um narrador onisciente que torna pública a crise, as mazelas, a realidade social do espaço específico: a vila do Açú e a vizinha Pedra Bonita. Assim, fatos históricos como o massacre em Pedra Bonita, a grande seca de 1904, o conflito armado entre policiais e cangaceiros, são eventos que concedem realismo e historicidade ao romance, documentando o espaço de maneira neorrealista.

2. Delineamentos do cangaço: perspectiva histórica e literária

Para expor o tema proposto, estamos orientados pelas ações de Aparício, uma personagem secundária, que ganha importância na obra quando ingressa em um bando de cangaceiros. A personagem pertence a uma família maculada há gerações, devido ao ato de um antepassado, que delatou a reunião de homens fanatizados na Pedra Bonita. Eram sujeitos que acreditavam na chegada de um messias àquelas terras, dotado de força para acabar com as injustiças sociais, com as mazelas do corpo e com a miséria que atingia as redondezas.

No romance em estudo, a primeira referência ao cangaço está associada à poesia popular do nordeste: “Aparecera no Açú um homem que não queria coisa nenhuma. [...] O homem tocava viola e cantava. Sabia de histórias. A vida dos cangaceiros maiores, de Antonio Silvino, de Jesuíno Brilhante, de Cabeleira” (REGO, 1973, p. 51). Trata-se de uma afirmação menor, que, no entanto, mostra a importância dos cangaceiros no imaginário do povo.

Em contraste com as personagens medianas que protagonizam o romance, o cangaceiro e sua vida dinâmica tornam-se o oposto do sertanejo preso ao seu lugar de origem. As personagens são desprovidas de traços idealizados, são apresentadas de modo realista, com uma existência conflituosa, enquanto o cangaceiro vive errante, mas pautado pela sua ideologia, a sua visão do mundo: os ricos existem para ser saqueados, um saque movido por um instinto “robinhoodiano” de “tirar” dos poderosos para dar aos desfavorecidos, no caso, os próprios cangaceiros.

Com o avanço da narrativa, o ataque dos cangaceiros transfere-se do cordel para a ação dentro do povoado do Açú, descrita com suas mazelas de freguesia sertaneja abandonada pelo governo. O episódio do ataque é exposto pelo narrador: “Uma noite [...] ouviram uns disparos na rua. Os cangaceiros tinham entrado no Açú. O padre Amâncio terminou a benção e as mulheres começaram a gritar com o susto” (REGO, p. 82). A cena mostra o pavor do povo à mercê do bando. Na sua sequência, no diálogo travado entre o padre e o chefe, o tom irônico do cangaceiro aflora, mas está tão próximo da jocosidade que não causa antipatia:

O chefe do bando estava no sobrado, bem sentado na sala de visitas. Quando viu o padre, levantou-se.

— Boa noite — disse o vigário.

— Boa noite, padre-mestre — respondeu o cangaceiro de chapéu na mão. — Não é nada não, só estou fazendo uma coletinha aqui no Açú.

O padre Amâncio falou sério. O Açú era uma terra de pobres.

— Pobre o quê, seu vigário! Este bicho aqui está podre de rico. — E apontou o coronel Clarimundo.

— Meu filho — disse o padre —, isso que vocês está fazendo não se faz. Atacar um lugarzinho destes para tirar dos outros.

— A gente só tira dos ricos.

— Para que mataram o soldado, um pobre homem cheio de filhos?

— Ninguém mandou ele resistir, seu vigário. (REGO, p. 83)

O uso de termos no diminutivo como “coletinha” e as expressões “este bicho está podre de rico”, “a gente só tira dos ricos” e “ninguém mandou ele resistir”, soam como justificativas quase infantis para o ato ilícito cometido pelos cangaceiros. Essa escolha lexical sugere que o narrador não abomina o cangaceiro, apesar do seu comportamento. A ação do bando parece ser uma punição aos poderosos locais que costumam explorar os pobres, ser sovinas com a igreja e impor arbitrariamente a lei como forma de mostrar a sua importância.

José Lins do Rego parece não empreender uma crítica ao cangaço, mas ressaltar esse comportamento do sertanejo como algo originado em questões político-sociais, conforme o argumento de Lucia Ferreira citado anteriormente. O homem comete atrocidades porque elas são exigidas pela sua circunstância. E o povo que cultiva as histórias sobre o cangaço o faz por admirar o homem valente, traço que é explicado por Luis da Câmara Cascudo (s.d., p. 122), que expõe a formação psicológica do sertanejo como um fator de predisposição para a veneração do cangaceiro: “durante séculos, enquistado e distante das regiões policiadas e regulares, o sertão viveu por si mesmo, com seus chefes e milicianos”. Essa vivência alienada justifica o culto àqueles que representam o espírito combativo perdido pelos sertanejos resignados à própria sorte:

Para que a valentia justifique ainda melhor a aura popular na poética é preciso a existência do fator moral. Todos os cangaceiros são dados inicialmente como vítimas da injustiça. Seus pais foram mortos e a Justiça não puniu os responsáveis. A não existência desse elemento arreda da popularidade o nome de valente. Seria um criminoso sem simpatia. (CASCUDO, p.122)

Embora esteja mais bem delineado na literatura popular, que abarca no Ciclo Heroico os versos sobre os cangaceiros, na obra visualizamos como se dá o ingresso de homens comuns no bando. A personagem Aparício Vieira, maculado pelo sobrenome, portanto já predisposto à suposta marginalidade, vê o contexto social empurrando-

o para o bando. Aparício entra para o cangaço devido a uma desfeita com um vaqueiro bêbado que lhe chamou para a briga. Ferindo de morte o vaqueiro e alguns soldados, Aparício é forçado a se retirar das redondezas do Açu e a se refugiar junto àqueles que têm força para protegê-lo, os cangaceiros. Ao ir à casa da família a fim de se despedir, conversa com o pai:

— Tu não vai te entregar?

— Eu? Só se estivesse leso. O praça ficou estendido no chão. Se eles me pegam me cortam em pedaços. [...]

— Meu filho, meu filhinho!

— Não precisa de visagem, mãe! A coisa se deu, está dada. Vim para me despedir. O velho falou em me entregar. O velho só sabe mesmo é tratar de bode. Já estou de rota batida para o bando de Deodato.

— Menino não faça isto — disse a velha. — Menino, não se desgrace. Tu não deve ir pro cangaço. O teu avô morreu nesta vida.

Mas Aparício não permitia alvoroço:

— Mãe, eu só vim pra dizer adeus (REGO, p. 148).

Ronald Daus (1982, p. 20), um estudioso da literatura popular, expõe questões perfeitamente aplicáveis ao romance *Pedra Bonita*. Em *O ciclo épico dos cangaceiros na poesia popular do nordeste*, Daus define o cangaço como um tema estritamente nordestino. Desse modo, ao discorrer sobre a evolução histórica e sociológica do cangaço, o crítico (p. 25) mostra que o cangaceiro foi uma evolução do sujeito agregado a uma família patriarcal. Essa necessidade se fundou na época da sociedade açucareira com os nobres que não obtiveram os resultados esperados na exploração do açúcar, e que receberam terras no sertão como uma prática indenizatória. Os fazendeiros, proprietários recém-nomeados pelo Rei de Portugal, “penetravam com suas próprias tropas no interior do país e tomavam para si as fazendas que lhes tinham cabido na partilha”. Com o passar do tempo e a aparente pacificação do espaço, o fazendeiro não abdicou dessa força particular de defesa, que serviu de proteção em conflitos posteriores com outras famílias, na luta de partidos políticos adversários, que, geralmente era conduzida de maneira brutal. Nos conflitos políticos, quem tinha a polícia e a justiça

ao seu lado tinha proteção, entretanto, “se a oposição chegasse ao poder na região, mudariam os conceitos. O antigo rebelde tornava-se representante da ordem, podia dispor da polícia, da justiça e do direito”. Portanto, em tal sociedade não vigoravam valores objetivos, conceitos morais eram relativizados e serviam à política da situação. A justiça do sertão era uma justiça parcial (DAUS, p. 26).

Apesar de entrar para o grupo voluntariamente, Aparício expõe para os irmãos o lado negativo de viver em constante fuga e, na sua queixa, revela detalhes da prática do cangaço:

A vida no grupo é ruim — continuava Aparício. — A gente come fogo. Tu não sabe o que é passar quinze dias por aqui, comendo carne seca com farinha. Se não fosse os imbus, eu não sei como se vivia. Tive a vontade de ir me entregar em Dores. Mas pensei. Eles me matavam. Pra morrer, eu morro no cangaço. A vida é danada, Domício, mas a gente agüenta. Outro dia nós demo um fogo pra lá da Vila Bela. Morreu dois dos nossos. A tropa era grande. Tivemo que correr cinco dias e cinco noites sem parar. Correndo e bebendo sem parar. Comendo e bebendo sem parar um minuto. Nesta carreira viemo parar aqui. Nós vimo há uns oito dias quando a tropa passou para o Araticum. O chefe não quis atacar. Nós estava no descanso. Nós tivemo a notícia por um coiteiro que mandou dizer. Mas não tem nada não. O sargento de Dores vem por estes dias na fazenda do coronel Zé Gomes. O chefe já teve notícia dessa diligência. O coronel é amigo do chefe. Vai ser uma carniça dos diabos. [...] tu vai saber da desgraça (REGO, p.156).

Nas palavras da personagem percebemos como a elite, a polícia e os bandidos se articulam nesse cenário: o cangaço é uma prática criminosa, e, no entanto, está amparada pelos coronéis da região nordestina, numa postura de camaradagem e de troca de favores. Além disso, os homens respeitados na região resguardam os criminosos e agem como “espiões” do bando, facilitando o planejamento de emboscadas. Assim, vemos que o cangaço está assentado na postura permissiva da sociedade. Mais do que criminosos cruéis, são vítimas e objetos do sistema social estabelecido no sertão. Quando observamos com esse enfoque as questões atreladas ao cangaço, recordamos o

posicionamento de Oliveira Vianna como um pesquisador da sociedade nordestina.

Oliveira Vianna explica em *Instituições políticas brasileiras* (1955) que, tal qual a sociedade feudal, composta por diversas camadas sociais cumprindo funções específicas, na família senhorial do nordeste brasileiro havia o clã parental como um de seus ramos. Segundo o autor, no grupo doméstico eram incluídos os chamados “criados do senhor”, no sentido do direito feudal, ou seja, tais pessoas eram incorporadas às famílias dos senhores como homens da sua criação ou como “protegidos”. Nessa classe, estavam os afilhados, que eram educados pelo padrinho e que residiam com ele (VIANNA, 1955, p. 255). O modelo, conforme o estudioso, formou-se no Brasil e se consolidou através dos séculos. Esse círculo parental era motivo de orgulho para os integrantes e, na falta do líder da família, a substituição pelo filho mais velho era a prática comum, pois o herdeiro recebia o que o pai tinha de mais valioso: o cargo, as posses, as vestes, como, por exemplo, o gibão de couro. A altivez de pertencer à família não podia ser compreendida como arrogância, mas como “uma satisfação quase ingênua de pertencer às linhagens históricas da região” (VIANNA, p. 257). É oportuno esclarecer que o clã parental, originado de uma família senhorial, atuava principalmente na defesa contra inimigos, em lutas de famílias rivais, em eleições ou formações partidárias; e embora existisse o orgulho de pertença, a coesão parece não ter se configurado.

Teorizando a questão do clã, Vianna (p. 261) atesta que, organizadas essas famílias, surgiu também a necessidade de utilizar esses grupos na defesa contra os senhores territoriais adjacentes. Associando as informações anteriores à teorização de Daus a respeito do cangaço, percebemos como se dá a formação desses sujeitos. Dentro de uma sociedade arcaica, onde diferentes tipos de clãs organizam-se, um poder ilegítimo é institucionalizado pelos clãs como uma estratégia de defesa, poder que com o tempo, passa a atuar por conta própria, consolidando o cangaço.

Retomando o romance, destacamos a violência da polícia em comparação com os cangaceiros. Observando que a força policial que invade a propriedade dos pais de Aparício, percebemos um narrador interessado em mostrar essa brutalidade. Mesmo quando tratam com pessoas que não oferecem perigo, os policiais são tão brutais quanto os cangaceiros:

— Tu nem sabe o que foi a viagem, Bentinho. Os praças chegaram no Araticum com a moléstia dentro. Parecia cangaceiro tomando vingança. E o tenente foi logo pegando Bento e metendo o cipó. Queria saber onde estava Aparício. Nós não sabia de nada. [...] Os cangaceiros tinham matado dez praças e o sargento Venâncio. Estavam dizendo que Aparício era o chefe do bando. E viemos apanhando de lá até cá. (REGO, p. 172-173)

Por essa afirmação podemos depreender que a fala é atribuída a quem sofre a violência, no caso, Sinhá Josefina, mãe do cangaceiro Aparício. Sendo assim, o narrador parece abrir mão de relatar o ocorrido para que, na forma de memória, seja descrito com maior exatidão por quem vivenciou. A mulher ressalta a brutalidade dos soldados comparando-os aos cangaceiros. Assim, traz à luz a visão de que cangaço e polícia estão no mesmo nível de selvageria, no entanto, enquanto o primeiro é ilegítimo o segundo é institucionalizado.

Ao encerrarmos nossa análise debruçada no romance *Pedra Bonita*, ressaltamos que tal narrativa apresenta uma visão crítica sobre o panorama político-histórico-social brasileiro. O romance se mostra perfeitamente adequado à proposta regionalista, ilustra e denuncia o abandono à região Nordeste, ao mesmo tempo em que reitera a barbárie representada pelo cangaço como fruto da circunstância social do sertão.

Vinculado historicamente ao período localizado entre os anos 1920 e 1930, os cangaceiros surgem como um elemento secundário, pois o enfoque recai sobre o movimento messiânico ocorrido na Pedra Bonita. No entanto, no caminho tortuoso trilhado por Aparício, percebemos o desvelamento da prática do cangaço como uma atividade

aceita e incentivada por coronéis e pelo povo, que veem no bando a capacidade de agir que parece faltar às pessoas comuns emparedadas no sertão. É nessa situação que percebemos o cangaceiro como o produto do contexto e entendemos o porquê de, quando transposto para a obra literária, ganhar a simpatia do leitor e ser constantemente "protegido e justificado" pelo narrador.

Referências bibliográficas

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

DAUS, Ronald. *O ciclo épico dos cangaceiros na poesia popular do nordeste*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.

FERREIRA, Lúcia de Fátima G. “A indústria da seca na Paraíba” In: MELLO, José Octávio de Arruda. *José Américo e a cultura regional*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1983, p. 71-79.

MENTON, Seymor. “La nueva novela historica: definiciones y orígenes” In: *La nueva novela historica de la America Latina, 1979—1992*. México: Fondo de Cultura Economica, 1993.

REGO, José Lins. *Pedra Bonita*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. V. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.